

**Processo: 00227-2005-129-03-00-1 RO**

**Data da Sessão: 28/06/2006**

**Data da Publicação: 08/07/2006**

**Órgão Julgador: Terceira Turma**

**Juiz Relator: Juiza Maria Lucia Cardoso Magalhães**

**Juiz Revisor: Juiz Bolivar Viegas Peixoto**

**RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**RECORRIDOS: MARCOS MOREIRA MAGLIONI E OUTRO**

**EMENTA: TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO. DANO MORAL COLETIVO.** Dadas as condições degradantes em que se encontravam os trabalhadores, restaram violados os direitos humanos, violação essa que o Brasil comprometeu-se a reprimir em decorrência de Tratados Internacionais.

## **RELATÓRIO**

Ao relatório de f. 242/243, acrescento que a sentença da 2ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre, proferida pelo Exmo. Juiz Edmar Souza Salgado, julgou procedentes, em parte, os pedidos formulados na presente ação civil pública, condenando os réus solidariamente a pagarem a quantia de R\$200.000,00, a título de indenização por danos morais, devidamente corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador; pagarem a todos os seus empregados a remuneração pactuada, respeitado o salário mínimo legal e a porcentagem salarial mínima a ser paga em pecúnia, bem assim o percentual máximo previsto para o salário in natura; promoverem a efetiva anotação na CTPS dos empregados, devendo conter todos os registros previstos no art. 29, caput e § 1º, da CLT; respeitarem a jornada máxima prevista constitucionalmente de 8 horas diárias, bem como o intervalo intrajornada de 1 hora para descanso e refeição, o intervalo interjornada de no mínimo 11 horas consecutivas e o repouso semanal remunerado de 24 horas consecutivas; absterem-se de fornecer aos

empregados bebidas alcóolicas, como contraprestação laboral, e substâncias entorpecentes, a qualquer título; absterem-se de reter os pertences dos empregados. Mantida a liminar (f. 72), reduzindo o seu valor para R\$500,00. Juros e correção monetária na forma da lei e em harmonia com as Súmulas 200 e 381 do TST. Determinada a expedição de ofício à DRT e ao INSS.

O Ministério Público do Trabalho recorre (f. 264/275) aduzindo que restou plenamente demonstrado nos autos a existência de trabalho em condições análogas à de escravo. Sustenta, ainda, que não deveria ter sido reduzida a multa por descumprimento das obrigações de R\$1.000,00 para R\$500,00, como entendeu o d. Juízo *a quo*. Requer, pois, seja restabelecido o valor anteriormente fixado.

## **FUNDAMENTOS**

### **ADMISSIBILIDADE**

Conheço do recurso, por presentes os pressupostos de admissibilidade.

### **MÉRITO**

O Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente Ação Civil Pública buscando a defesa coletiva de interesses individuais homogêneos.

Alegou, para tanto, que as condições de trabalho na Fazenda "Água Preta", de propriedade dos reclamados, eram análogas às de escravo. Requereu a condenação dos reclamados ao cumprimento das obrigações de fazer e não fazer elencadas a f. 21/22, sob pena de aplicação de multa por infração e por trabalhador, bem como a condenação do demandado ao pagamento de R\$500.000,00, a título de reparação por dano moral coletivo aos direitos difusos dos trabalhadores.

Os reclamados contestaram o feito, negando a existência de trabalho em condições análogas à de escravo. Requereram, ainda, a suspensão da presente ação até o julgamento da ação criminal versando sobre o mesmo assunto.

O Juízo *a quo*, embora tenha entendido que não houve a caracterização de trabalho escravo, reconheceu a situação degradante a que foram submetidos os empregados dos reclamados, condenando-os à indenização por danos morais no importe de R\$200.000,00, corrigidos monetariamente até o efetivo recolhimento em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Entendeu, ainda, por reduzir o valor da multa diária fixada na concessão da liminar (f. 72) para R\$500,00.

Contra tal decisão, insurge-se o Ministério Público do Trabalho, asseverando haver restado provado o trabalho em condições degradantes, análogas à de escravo, requerendo, assim, a majoração da indenização por danos morais, bem como a multa diária de R\$1.000,00 fixada na concessão da liminar.

Passo, pois, ao exame do apelo.

Primeiramente, cumpre registrar que o "trabalho escravo" foi banido deste País há mais de um século, pela edição da Lei Áurea em 13/5/1888. Entretanto, hoje ainda permanece o aviltamento das condições de trabalho, em que o empregado é submetido a situações degradantes de labor, em ofensa à ordem social consagrada no texto constitucional e aos direitos assegurados pela Legislação do Trabalho.

Essa situação degradante de trabalho é modernamente concebida como "trabalho em condições análogas à de escravo", em violação à organização do trabalho, e configura-se infração penal descrita nos tipos legais dos arts. 149, 131, parágrafo único, 203 e 207 do Código Penal. Para a sua caracterização não é necessário o cerceio da liberdade de locomoção do trabalhador, mediante o aprisionamento deste no local de trabalho. Basta a configuração da falta de condução, da dependência econômica, da carência de alimentação e de instalações hidro-sanitárias adequadas, do aliciamento de mão-de-obra, dentre outros.

Em segundo prisma, os reclamados em sua contestação refutam de forma genérica a existência de trabalho em condições análogas à de escravo, enfatizando que por tratar-se de pequena propriedade, não havia necessidade de

muitos empregados, mas apenas dos que efetivamente foram registrados (apenas 4 empregados, segundo informações prestadas em depoimento pessoal do 2º reclamado, a f. 180. Informou, ainda, que em época de safra, havia apenas a contratação de meeiros e, portanto, sem necessidade de registro).

Sustentou que não havia qualquer constrangimento ao direito de locomoção dos trabalhadores.

Há que se ressaltar que os reclamados não lograram êxito em demonstrar os fatos alegados, sendo forçoso concluir pela existência do vínculo empregatício entre os reclamados e os substituídos.

Quanto ao trabalho em condições análogas à de escravo, da análise do conjunto probatório dos autos, ao contrário do entendimento adotado na origem, constata-se a existência dos seus elementos caracterizadores. Consta dos documentos colacionados com a inicial (f. 23/48) a denúncia sobre possível existência de trabalho escravo na Fazenda "Água Preta", de propriedade dos Srs. José Pedro Maglioni Ribeiro e Marcos Moreira Maglioni, tendo sido relatado que, "mediante ameaças, violência, engano, era suprimido aos empregados o pagamento do salário prometido, quando da contratação, a qual era feita apenas verbalmente, sem nenhuma regularização ou anotação em CTPS. O 'salário' era fornecido na forma de gêneros alimentícios e aguardente. Mais ainda, se os empregados se lesionassem tinham de trabalhar, sob pena de não receberem a comida, tendo o administrador pago em dinheiro apenas a importância de R\$5,00 ou R\$10,00, por semana, quantia que não respeita o mínimo legal de 30% do salário mínimo, que deve ser pago em pecúnia. Na ocasião em que os empregados chegavam a cobrar a remuneração prometida, os denunciados os ameaçavam de violência e morte, situação que demonstra o total estado de sujeição. De servidão, em que se encontravam os empregados da fazenda em relação aos denunciados, dependendo destes quando à alimentação e moradia, diante da retenção de seus salários, e ameaçados ao cobrar deles seus direitos.

Diante da insatisfação dos empregados em não receber suas remunerações com regularidade, e do desejo de abandono do emprego, o

denunciado Marcos também ameaçava de morte seus empregados e de se apropriar dos bens daqueles que deixassem a fazenda." (denúncia do Ministério Público estadual, a f. 47).

Tais fatos descritos na denúncia do *Parquet* estadual foram corroborados, no meu entender, pelos depoimentos prestados nesta Especializada (f. 181/182), notadamente o depoimento de Alessandra Silvério Martins, *in verbis*:

"que viveu maritalmente com o 1º recdo por cerca de um ano e 3 meses, tendo se separado há cerca de 1 ano e pouco; que o 1º recdo chegou a agredir um funcionário de nome Lázaro que tinha ido 'pedir pinga'; que havia funcionários que trabalhavam praticamente em troca de comida, como o Sr. Juliano, sendo que o 1º recdo dava apenas de R\$45,00 nos finais de semana; sendo que o dinheiro era utilizado para 'comprar cachaça nos bares próximos'; que já presenciou o 1º recdo dando maconha para o Sr. Juliano, Mauro Lúcio de Oliveira; que presenciava os funcionários indo solicitar dinheiro; que o 1º recdo lhes dava, muitas vezes, a pedido da depoente, pequenos valores como R\$5,00; que somente presenciou pagamentos picados; que o 1º recdo fornecia alimento em pequena quantidade, sendo que os funcionários vinham pedindo por mais e muitas vezes o 1º recdo negava..." (depoimento a f. 181, destaques acrescidos ao original)

As testemunhas trazidas pelos reclamados não lograram desconstituir as provas documentais, dentre elas os depoimentos prestados perante a autoridade policial (cópias, f. 23/35) e, tampouco anularam o depoimento da testemunha do Autor. Isso porque, em que pese ambas as testemunhas patronais haverem afirmado que os reclamados forneciam adequadas condições de trabalho a seus trabalhadores, foram unânimes em afirmar que não havia o registro de seu contrato em CTPS e, sequer souberam informar acerca do salário efetivamente percebido. Assim, percebe-se das provas testemunhais e documentais dos autos, que de fato, foram apuradas irregularidades na fazenda dos reclamados. Irregularidades estas que ainda não foram sanadas, diga-se de passagem.

Em julgamento de caso semelhante (Processo 00245-2004-811-10-00-3-03, publicado no DOU em 18/03/2005), a Juíza Heloisa Pinto Marques, da 2ª Turma do TRT da 10ª Região, destacou a brilhante explanação da a conferencista

doutora Raquel Elias Ferreira da Dodge, na 1.<sup>a</sup> Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, em 24 e 25 de setembro de 2002, *in verbis*:

"...a escravidão não foi eliminada, foi mascarada por novos nomes, métodos e experiências. Se a escravidão não mais existisse ou tivesse presença episódica no mundo, a Assembléia Geral da ONU não teria reafirmado, no último dia 2 de dezembro, o dia internacional para a abolição da escravidão..." "...O Brasil tem ordem social definida pela liberdade e dignidade da pessoa humana e tem ordem econômica fundada em utilização de mão-de-obra remunerada. A prática de formas contemporâneas de escravidão atenta contra todos os princípios formadores da nação brasileira. Malgrados os esforços já feitos, ainda existe escravidão no Brasil. O assunto exige tratamento prioritário e ênfase constante. A prática é disseminada no território nacional em região urbana e em região rural. Ela nos desonra, nos indigna e exige atuação permanente que previna sua ocorrência, puna seus praticantes, liberte os explorados e sobretudo esclareça a população, fortalecendo uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana..."

"...os compromissos internacionais que o Brasil assumiu e os compromissos constitucionais estão fundados na igualdade, na liberdade e na dignidade da pessoa humana e fundamentam a ordem social como na defesa dos direitos sociais, dentre os quais a remuneração digna do trabalho e o livre exercício ou profissão. A escravidão, em todas as suas formas, ofende valores constitucionais e avilta a humanidade. Não atinge apenas direitos sociais, mas todos os direitos humanos; por isso, a União não pode concentrar sua atuação ao restrito âmbito das relações de trabalho e emprego, mas deve abranger todas as formas de escravidão e sobretudo promover o resgate de todos os direitos e da dignidade da pessoa vitimada..." (fls. 125/142).

Podemos destacar, ainda, o voto do Juiz José Ribamar O. Lima Júnior, por meio do RO 00073/2002, 10.<sup>a</sup> Região, 2.<sup>a</sup> Turma, processo proveniente também da Vara de Araguaína/TO, que ao se manifestar sobre o trabalho análogo ao trabalho escravo, consigna:

**"DANO MORAL. TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO.** Além da justa reparação do dano moral requerida, bem como da procedência das verbas rescisórias trabalhistas reivindicadas em consequência do aludido dano, também justificador da extinção das

relações empregatícias, torna-se impostergável um indispensável e inadiável "Basta" à intolerável e nefasta ofensa social e retorno urgente à decência das relações humanas de trabalho. Torna-se, portanto, urgente a extirpação desse cancro do trabalho forçado análogo à de escravo que infeccionou as relações normais de trabalho, sob condições repulsivas da prestação de serviços tão à reputação do cidadão brasileiro com negativa imagem do país, perante o mundo civilizado".

Assim, dadas as situações degradantes em que se encontravam os trabalhadores da Fazenda "Água Preta", restaram violados os direitos humanos, violação esta que o Brasil comprometeu-se a reprimir em decorrência de Tratados Internacionais, restando evidenciadas a aliciação de trabalhadores e a redução destes a condições análogas à de escravo, mediante a dependência econômica detalhada acima (não pagamento de salários, mas labor em troca de casa e comida apenas).

Reconhece-se, portanto, a existência de dano moral coletivo por violação a direitos metaindividuais, motivo pelo qual mantém-se a condenação dos reclamados, majorando, todavia no valor da indenização para R\$400.000,00 a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador nos termos do art. 13 da Lei 7.347/85 e art. 100, parágrafo único da LPC 8.078/90.

Quanto às demais obrigações de fazer e não-fazer impostas pelo Juízo de origem, mantém-se a r. Sentença recorrida (f. 250). O não cumprimento dessas obrigações de fazer e não- fazer pelo Reclamado importará em cominação de multa por infração e por trabalhador, no valor de R\$1.000,00, a ser revertido em favor do FAT.

Esclareça-se, por oportuno, que não há *bis in idem* na cominação da multa acima exposta com aquelas eventualmente aplicadas pelo procedimento administrativo do Ministério Público do Trabalho, justamente porque esta primeira sanção decorreu de ato já praticado, enquanto a cominação da multa em debate dar-se-á pelo descumprimento das obrigações detalhadas nestes autos, as quais os recorridos deverão observar.

Provimento conferido nestes termos.

### **CONCLUSÃO**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, por sua Terceira Turma, à unanimidade, conheceu do Recurso e, no mérito, sem divergência, deu-lhe provimento para, declarando a existência de trabalho em condições análogas à de escravos, majorar o valor da indenização por danos morais, fixando-a em R\$400.000,00 a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador nos termos do art. 13 da Lei 7.347/85 e art. 100, parágrafo único da LPC 8.078/90 e, ainda, estabelecer o valor da multa por infração e por trabalhador, no valor de R\$ 1.000,00, a ser revertido em favor do FAT; em consequência, condeno os Reclamados ao pagamento de custas no valor de R\$8.000,00, calculados sobre R\$400.0000,00, valor dado à causa e ora utilizado para os devidos fins.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2006.

**MARIA LÚCIA CARDOSO DE MAGALHÃES**  
RELATORA